

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 0022031202/2024 - SED.URC.ARC

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO**1.1 - Objeto da contratação**

Credenciamento de instituições especializadas na área de ensino, visando o atendimento de crianças na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.

1.2 - Especificações técnicas

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e Publica / Denominação	Descritivo
1	13	und	31890 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de quatro meses à um ano (Berçário I)
2	1.730	und	16274 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de um ano à dois anos (Berçário II)
3	1.734	und	16275 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de dois anos à três anos (Maternal I)
4	1.740	und	16276 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de três anos a quatro anos (Maternal II)
5	334	und	16277 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de quatro anos à cinco anos (1º Período)
6	287	und	16278 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de cinco anos à seis anos (2º Período)
7	04	und	31891 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de quatro meses à um ano (Berçário I)
8	502	und	16280 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de um ano à dois anos (Berçário II)
9	900	und	16281 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de dois anos à três anos (Maternal I)
10	1.216	und	16282 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de três anos a quatro anos (Maternal II)

1.3 - Da Natureza

1.3.1 - Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar e de acordo com o art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4 - Do Prazo

a) A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de **execução contratual** será de 12 meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

b) O prazo de vigência contratual será de 14 meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras;

2.2 - A presente contratação se encontra prevista no plano de ações desta Secretaria para **2024**;

2.3 - A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo **SEI 21.0.187194-1**.

3-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Conforme Estudo Técnico Preliminar a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a **contratação, através de credenciamento, de forma contínua, de vagas na Educação Infantil junto às instituições particulares para atender a demanda de vagas na Educação Infantil no Município de Joinville/SC.**

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**4.1 - Requisitos Mínimos**

4.1.1. - A execução dos serviços, para o atendimento às crianças de **4 (quatro) meses à 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias**, na Educação Infantil, serão em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação abaixo:

- [Constituição Federal](#);
- [Lei nº 9.394/96](#) - LDB - *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*;
- [Lei nº 8.069/90](#) - *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*;
- [Resolução CNE/CEB nº 5, de 2009](#) - *Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação*

Infantil;

- [Resolução nº 915/2021/CME](#) - Instrui para processo de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil no Município de Joinville e das Unidades Escolares de Ensino Fundamental pertencentes à Rede Municipal de Ensino;
- [Resolução nº 910/2021/CME](#) - Fixa normas para a oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Joinville;
- [Lei Municipal nº 8.043/15](#) - Plano Municipal de Educação (PME);
- [Lei Municipal nº 5.629/2006](#) - Estabelece as diretrizes do Sistema Municipal de Educação;
- [Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015](#) - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- [Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989](#) - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
- [Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000](#) - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- [Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000](#) - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- [Decreto nº 5.296/04](#) - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- [Lei Complementar nº 470 de 9 de janeiro de 2017](#) - Redefine e institui, respectivamente, os Instrumentos de Controle Urbanístico - Estruturação e Ordenamento Territorial do Município de Joinville, partes integrantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville e dá outras providências;
- [Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999](#) - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- [Lei nº 7335, de 10 de dezembro de 2012](#) - Estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no município de Joinville.
- [Portaria nº 321 de 26 de maio de 1988](#) - Que aprova as normas e os padrões mínimos, que com esta baixam, destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional;
- [Resolução nº 6/2020](#) - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- [Lei Municipal nº 6.407 de 17 de dezembro de 2008](#) - Dispõe sobre a divulgação da gratuidade nos estabelecimentos de ensino de Joinville;
- [Lei nº 14.133/2021](#) - Lei de Licitações;
- [Decreto nº 11.878 de 9 de janeiro de 2024](#) - que regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Manual de Orientações Técnicas - Elaboração de Projetos de edificações escolares - Educação Infantil - FNDE](#);
- [Parâmetros Nacionais de Qualidade de Educação Infantil MEC - 2018](#)
- E demais legislações aplicáveis a espécie e/ou as que venham a suceder as aqui mencionadas ou no decorrer do presente Termo de Referência.

4.1.2 - O presente Credenciamento tem como previsão de início os serviços para o **ano letivo de 2025**;

4.1.3 - Os atendimentos serão **gratuitos** e de acordo com o(s) Calendário(s) Escolar(es) a ser(em) disponibilizado(s) pela Secretaria de Educação, bem como, de acordo com o Plano de Ação Pedagógico apresentado no Credenciamento, Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno aprovados pelo Conselho Municipal de Educação;

a) Os itens descritos no Projeto Político Pedagógico ou Regimento Interno, dentro do horário de permanência, estarão cobertos por meio do Termo de Contrato;

b) As atividades oferecidas dentro do horário de permanência que não constar no Projeto Político Pedagógico ou Regimento Interno passarão a fazer parte integrante deste, devendo a criança subsidiada pelo Termo de Contrato participar gratuitamente desta;

4.1.4 - Os serviços poderão ser executados em:

a) Creches para crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

b) Creches e pré-escolas para crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

4.1.5 - A execução dos serviços, na relação direta criança / professor, com crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, deverá ser efetuada por profissional com licenciatura em Pedagogia e ou em Curso Normal Superior, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Magistério);

4.1.6 - A execução do serviço, na relação "criança / auxiliar de desenvolvimento infantil", deverá ser efetuada por profissional com escolaridade de Ensino Médio Completo e, preferencialmente na modalidade Normal (Magistério);

4.1.7 - A execução dos serviços de Coordenação Pedagógica, da(s) CONTRATADA(S), deverá(ão) ser(em) exercida(s) por profissional licenciado em Pedagogia ou outra Licenciatura com formação em nível de Pós graduação, pertencente ao quadro de funcionários da(s) CONTRATADA(S), com carga horária de

trabalho e permanência na unidade escolar de, no mínimo 40 horas semanais;

4.1.8 - O imóvel onde serão executados os serviços deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento, iluminação e higiene;

4.1.9 - O imóvel onde ocorrerá os atendimentos deverá estar de acordo com as normas e os padrões mínimos fixados na **Portaria GM/MS nº 321 de 26 de maio de 1988 e no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**;

4.1.10 - O imóvel deverá atender a todas as normas brasileiras no tocante a acessibilidade às pessoas com deficiência e idosas, nos moldes da legislação vigente, em especial a acima citada, bem como as demais que por ventura possam ser aplicáveis ou a suceder, sob pena da aplicação das sanções cabíveis;

4.1.11 - Os ambientes destinados à execução dos serviços e seus respectivos acessos, não podem ser de uso comum com domicílio particular ou estabelecimento comercial;

4.1.12 - A(s) CONTRATADA(S) que apresentar(em) proposta de atendimento em regime de tempo integral, deve prover local interno para repouso, com berços e/ou colchonetes em bom estado de conservação, que ofereça conforto no momento de repouso, revestidos de material liso e lavável em quantidade suficiente para atender todas as crianças, conforme **Portaria nº 35 / 2021 - INMETRO**;

4.1.13 - Os serviços prestados em instituições que ofereçam a Educação Infantil devem conter espaços, conforme as especificidades do atendimento, obedecendo às normas e os padrões mínimos fixados na legislação vigente. Caso a(s) CONTRATADA(S) ofertar(em) também outros níveis de ensino, os espaços utilizados pelas turmas da Educação Infantil, poderão ser compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que a ocupação se dê em horário diferenciado;

4.1.14 - Em caso de qualquer tipo de acidente ou situação emergência, deverá ser comunicada imediatamente a Secretaria de Educação - Área de Convênios;

4.1.14.1 - Indicando de forma clara (minimamente): nome da criança, se o(s) responsável(is) legal(is) já fora(m) comunicado(s), quais medidas tomadas.

4.2 - Critérios de sustentabilidade

a) Deve atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,

b) Promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, sempre que a legislação assim o exigir.

4.3 - Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

4.4 - Garantia da contratação

Quanto à garantia de execução contratual, considerando o objeto da contratação, para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**.

4.5 - Equipe Mínima

a) A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir(em) equipe(s) mínima(s) de profissionais dentro dos parâmetros para a organização das turmas e plena funcionalidade da unidade de Educação Infantil, que deverá ter a seguinte relação professor / criança:

a.1) Atividades Pedagógicas: Coordenador Pedagógico: No mínimo 1 (um) profissional com formação / licenciado em Pedagogia ou outra Licenciatura com formação em nível de Pós Graduação, segundo o art. 64 da **Lei nº 9.394/96**;

a.1.1) Deverá pertencer ao quadro de funcionários da(s) CONTRATADA(S), com carga horária de trabalho de, no mínimo, 40 horas semanais na unidade.

b) Atividades Pedagógicas (arts. 10 e 11 da **Resolução nº 910/2021/CME**)

Os parâmetros para a organização das turmas de "creche e pré-escola" deverão respeitar a seguinte relação professor / criança e auxiliar de desenvolvimento infantil: conforme quadro abaixo, ou, pelo que vier a ser substituído por mudança de Resolução, Lei ou Portaria do Conselho Municipal de Educação;

Nível	Idade/Anos	Número de Crianças por Turma	Número de Professores	Número de Auxiliares
Berçário I	4 (quatro) meses a 1 (um) ano	até 10	01 (um)	01 (um)
Berçário I	4 (quatro) meses a 1 (um) ano	11 a 15	01 (um)	02 (dois)
Berçário II	1 (um) ano a 2 (dois) anos	Até 12	01 (um)	01 (um)
Berçário II	1 (um) ano a 2 (dois) anos	13 a 16	01 (um)	02 (dois)
Maternal I	2 (dois) anos a 3 (três) anos	Até 13	01 (um)	01 (um)
Maternal I	2 (dois) anos a 3 (três) anos	14 a 18	01 (um)	02 (dois)
Maternal II	3 (três) anos a 4 (quatro) anos	Até 20	01 (um)	01 (um)
1º Período	4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos	Até 20	01 (um)	-
1º Período	4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos	21 a 25	01 (um)	1 (um) (vigência art. 29 da Resolução nº 910/2021/CME)

2º Período	5 (cinco) anos a 5 (cinco) anos, 11 meses e 29 dias	até 20	01 (um)	-
2º Período	5 (cinco) anos a 5 (cinco) anos, 11 meses e 29 dias	21 a 25	01 (um)	1 (um) (vigência art. 29 da Resolução nº 910/2021/CME)

c) Durante todo o período de atendimento os professores deverão estar acompanhados do auxiliar de desenvolvimento infantil;

d) A enturmação deverá ser realizada por faixa etária considerando a data corte em 31 de março e mantida até final do ano letivo;

e) A área coberta mínima para as salas de atividades das crianças deverá ser de 1,50m² por criança atendida, conforme **Resolução nº 910/2021/CME**;

f) Atividades de Assessoramento:

f.1) Nutricionista: No mínimo 1 (um) profissional com formação em ensino superior completo na área de nutrição como responsável técnica com registro no Conselho Regional de Nutrição para assessorar as questões relativas à alimentação, elaboração e o acompanhamento do cardápio, para o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional e elaboração de **Relatório Mensal de Atividades** desenvolvidas com as crianças.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Frequência e periodicidade

a.1) **Frequência:** diariamente;

a.2) **Periodicidade:** ao longo do Termo de Contrato, de acordo com o calendário escolar (de cada ano letivo) a ser disponibilizado pela Secretaria de Educação;

a.3) De segunda à sexta, exceto feriados e pontos facultativos;

a.4) O horário de atendimento à(s) criança(s) será de acordo com a vaga disponibilizada pelo Município, definida da seguinte forma:

a.4.1) Período integral:

a.4.1.1) das 7 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos;

a.4.2) Período parcial:

a.4.2.1) Matutino: das 7 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos;

a.4.2.2) Vespertino: das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos.

b) Cronograma de execução dos serviços

b.1) No prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura do Termo de Contrato, a instituição deverá comprovar junto à Secretaria de Educação a contratação de pessoal (quadro funcional) compatível com a proposta apresentada a qual fora CONTRATADA, em conformidade com o disposto na **Resolução nº 910/2021/CME** ou na legislação municipal que vier substituí-la.

b.1.1) O prazo poderá ser alterado mediante solicitação formal por parte da CONTRATADA, e desde que aceita pela CONTRATANTE;

b.1.2) A emissão da Ordem de Serviço somente será realizada após a validação do quadro funcional, conforme documento **SEI 0020773783**;

b.2) A divulgação do nome da(s) CONTRATADA(S) no site da Prefeitura Municipal de Joinville, quando da publicação do quadro de vagas disponíveis para Educação Infantil, somente dar-se-á após emissão da Ordem de Serviço;

b.2.1) Após a rodagem de vagas caberá a(s) CONTRATADA(S) seguir(em) o previsto no **subitem 6.3.12**;

b.2.2) Os serviços somente se iniciarão efetivamente quando a(s) criança(s) começar(em) a frequentar(em) a unidade escolar CONTRATADA;

b.2.3) O não cumprimento do disposto na referida cláusula a CONTRATADA estará sujeitas às sanções previstas na legislação cabível.

b.3) O cronograma segue o previsto no **subitem 5.1, "a"** e conforme calendário escolar a ser disponibilizado pela Secretaria de Educação.

5.2 - Local de execução dos serviços:

c.1) Dentro dos limites geográficos do Município de Joinville/SC;

c.2) Os serviços deverão serem executados em sede própria da(s) CONTRATADA(S).

5.3 - Da garantia

O(s) serviços(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

a) A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conforme previsto na **Instrução Normativa nº 04/2022** da Secretaria de Administração e Planejamento, **Capítulo VI, Seção IV, V e VI**, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

aos que vier a substituí-los, publicados pela Secretaria de Educação;

6.3.13 - Registrar em "ata" sua decisão acerca dos encaminhamentos da(s) matrícula(s);

6.3.14 - Disponibilizar as vagas ofertadas para a Secretaria de Educação e matricular obrigatoriamente alunos encaminhados através do sistema eletrônico de cadastro da Secretaria de Educação;

6.3.15 - Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do Município, inclusive no que se refere às normas e medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

6.3.16 - Em casos fortuitos e ou de força maior, desde que devidamente comprovados pela(s) CONTRATADA(S), esta(s) precisar(em) alterar(em)/mudar(em) o endereço onde acontecem os atendimentos, deverá informar a Secretaria de Educação, para que esta possa analisar e averiguar a situação e realocar na sua rede própria ou na rede conveniada mais próxima, o(s) aluno(s) beneficiado(s), respeitando-se o zoneamento pertinente;

6.3.17 - Disponibilizar e manter, em local visível ao público, placa informando que possui Termo de Contrato junto ao Município, conforme anexo, documento **SEI 0020919192**, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** da data da assinatura do Termo de Contrato;

6.3.18 - Manter em local visível ao público cartaz (no mínimo em tamanho A3) informando que a unidade **não cobra pelos atendimentos subsidiados pelo Município**, conforme **Lei Municipal nº 6.407 de 17 de dezembro de 2008**;

6.3.19 - Manter atualizada e disponível à Secretaria de Educação toda a documentação do(s) aluno(s) beneficiado(s) pelo Termo de Contrato, tais como: ficha de anamnese, certidão de nascimento, carteira de vacina, registro geral, e-mail, telefone de contato e local de trabalho do(s) responsável(is);

6.3.20 - Encaminhar para a Secretaria de Educação (Setor de Convênios), **entre os dias 22 e 24 de cada mês**, os seguintes documentos:

a) Cadastro das Crianças Atendidas pela CONTRATADA - Relatório de Atendimento por Período e Faixa Etária, extraído do sistema de gestão escolar da Secretaria de Educação, documento **SEI 0020920268**;

b) Diário de classe extraído do sistema de gestão escolar (ficha de frequência) da Secretaria de Educação. As fichas de frequência deverão ser preenchidas pela(s) professores(s) diariamente e acompanhadas das respectivas faltas e atestados médicos;

c) Atestados médicos;

d) Declaração de frequência, documento **SEI 0020773926**;

e) Ficha de matrícula assinada pelos pais/responsáveis (extraída do sistema de gestão escolar da Secretaria de Educação);

f) Declaração de Responsabilidade de Deferimento de Matrícula, documento **SEI 0020773920**, bem como a Ata, assinada pelos membros da Comissão que validou a matrícula;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débito Municipal;

i) Certidão de Regularidade da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN;

j) Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda;

k) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

l) Alvará Sanitário;

m) Quadro funcional;

n) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social-GFIP;

o) Cardápio nutricional mensal e relatório mensal de atividades nutricionais desenvolvidas com as crianças, carimbado e assinado, pela nutricionista responsável técnica e em via original.

6.3.20.1 - Os documentos elencados na **alíneas "e" e "f"**, acima, somente serão encaminhados à Secretaria de Educação - Setor de Convênios, **no primeiro mês de frequência da criança** na CONTRATADA;

6.3.21 - Fornecer alimentação durante o horário de permanência em que a criança está sendo atendida, de acordo com a **Resolução nº 06/2020 - PNAE/FNDE**;

Art.18. [...]

I - no mínimo 30% das necessidades nutricionais de energia, micronutrientes e micronutrientes prioritários, distribuídos em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial.

VI - no mínimo 70% das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os estudantes participantes de programas de educação em tempo integral e para os matriculados em escolas de tempo integral.

6.3.21.1 - O cardápio da alimentação escolar deve ser elaborado pela Nutricionista responsável Técnica da unidade de ensino, e deve conter as informações nutricionais de energia e macronutrientes, além da identificação e assinatura do(a) nutricionista;

6.3.22 - Manter na Unidade de ensino nutricionista responsável técnico com registro no Conselho Regional de Nutrição para assessorar as questões relativas à alimentação, para elaboração e acompanhamento do cardápio e para o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional;

6.3.23 - Assumir integral responsabilidade pelas informações e da prestação dos serviços de atendimento de acordo com seu Projeto Político Pedagógico, eximindo o Município de quaisquer ônus ou reivindicações de eventuais danos causados a terceiros;

6.3.23.1 - Recomenda-se manter no quadro funcional, profissionais para atuar nas áreas de limpeza, administrativo, cozinha e nutrição;

6.3.23.1.1 - A ausência destes profissionais no quadro funcional da unidade de ensino, poderá ser suprida mediante a terceirização destes serviços, comprovada através de contrato de prestação de serviço com o profissional/pessoa jurídica;

6.3.23.1.2 - Caso a(s) instituição(ões) CONTRATADA(S) opte(m) por terceirizar a cozinha, a empresa Contratada para o preparo da alimentação deverá apresentar nutricionista técnico responsável cadastrada junto ao órgão fiscalizador e alvará sanitário, bem como deverá atuar de acordo com a **Resolução nº 216, de 15/10/2004 - Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RCD 216)**. A(s) empresa(s) terceirizada(s) para o preparo da alimentação estará(ão) sujeita(s) à visitas por parte da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato da CONTRATANTE;

6.3.23.1.3 - Deverá possuir no mínimo, um profissional com Atestado de Saúde Ocupacional – ASO válido, conforme **art. 30, § 1º da Lei Estadual nº. 14.660/2009 e Parecer ANAP nº. 12/2018**, para os manipuladores de alimentos no CEI, seja do quadro funcional ou não (caso terceirizado), exceto o profissional da área da limpeza. Deverá(ao) utilizar(em) uniforme compatível com a função (calça comprida, camiseta de manga, sapato antiderrapante e equipamento de proteção individual);

6.3.23.1.4 - Os profissionais da área de limpeza, terceirizados ou próprios, deverão cumprir no mínimo 40 horas semanais com atuação na unidade escolar.

6.3.24 - Manter em dia Alvará Sanitário, Alvará de Localização e CAT dos Bombeiros;

6.3.25 - Participar, quando solicitado e promovido pela Secretaria de Educação, dos cursos de capacitação continuada destinados aos profissionais da área de Educação;

6.3.26 - Permitir/Garantir o acesso dos órgãos competentes do Município/Secretaria de Educação à supervisão, acompanhamento e fiscalização do Termo de Contrato;

6.3.27 - Apresentar semestralmente à Secretaria de Educação, "Relatório das Atividades" executadas e mensurando o alcance dos objetivos;

6.3.28 - No caso de / para a prorrogação do Termo de Contrato a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) apresentar(em) os seguintes documentos:

- a) Plano de Ação abordando a Proposta Pedagógica a ser desenvolvida no período de habilitação que deverá ser construída em cima do Plano Político Pedagógico, contemplando a Base Nacional Comum Curricular;
- b) Cópia da Autorização de Funcionamento expedida pelo Conselho Municipal de Educação;
- c) Cópia atualizada da Declaração de Regularidade junto ao Conselho Municipal de Educação;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- f) Certidão de Regularidade da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional- PGFN;
- g) Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda;
- h) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- i) Cópia autenticada do Alvará Sanitário;
- j) Alvará de localização;
- k) Relação, atualizada, com nome e cópia autenticada do CPF/RG dos integrantes que irão compor a comissão de análise da documentação no ato da(s) matrícula(s).

6.3.29 - É expressamente vedado, à(s) CONTRATADA(S) cobrar(em) da família beneficiada qualquer valor a título de alimentação, uniforme, material escolar, apostilas, higiene, limpeza, matrícula, mensalidade ou qualquer insumo ou serviço, pelos atendimentos subsidiados pelo Município, dentro do horário de permanência, por meio do Termo de Contrato;

6.3.30 - É vedado à(s) CONTRATADA(S) firmar(em) contrato(s) de prestação de serviços com os responsáveis pela criança beneficiada dentro do tempo de permanência;

6.3.31 - No momento da contratação deverá ser apresentado pela(s) CONTRATADA(S) a relação com nome e cópia autenticada do CPF/RG dos integrantes que irão compor a comissão de análise da documentação no ato da matrícula;

6.3.32 - A instituição deverá comprovar mensalmente, enquanto o Termo de Contrato estiver vigente, a relação professor / criança de acordo com a **Resolução nº 910/2021/CME**, ou na legislação municipal que vier substituí-lo.

6.4 - Obrigações da Contratante

6.4.1 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Termo de Referência;

6.4.2 - Intervir na execução do serviço, se for o caso, visando proteger o interesse público;

6.4.3 - Sugerir serviços e procedimentos que propiciem melhorar a qualidade dos atendimentos realizados pela(s) CONTRATADA(S);

6.4.4 - Conferir, vistoriar e aprovar os serviços;

6.4.5 - Efetuar o pagamento à(s) CONTRATADA(S), de acordo, com a forma e prazo estipulados;

6.4.6 - Encaminhar as crianças selecionadas pelo sistema eletrônico de cadastro da Secretaria de Educação;

6.4.7 - Manter Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF), por meio de Portaria, para fiscalização e acompanhamento *in loco* dos serviços a serem executados;

6.4.8 - Registrar em **Relatório de Visita Técnica para Acompanhamento das Unidades Conveniadas (SEI 0020773844)** as ocorrências e orientações dadas a(s) CONTRATADA(S);

6.4.9 - Orientar e supervisionar pedagogicamente a(s) CONTRATADA(S), em conformidade com a legislação pertinente, por meio de equipe multidisciplinar;

6.4.10 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CONTRATADA(S), quando necessários à prestação do(s) serviço(s);

6.4.12 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que for constatado qualquer irregularidade.

No caso da presente contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, Edital e Termo de Contrato (ou documento equivalente).

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - O Edital de Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados;

8.2 - **O credenciamento não garante que a(s) CONTRATADA(S) irá(ão) receber matrículas/crianças, uma vez que a seleção/escolha pela instituição de ensino CONTRATADA (CEI) é feita EXCLUSIVAMENTE PELO RESPONSÁVEL LEGAL DA CRIANÇA** no sistema eletrônico de cadastro de pré-matricula da Secretaria de Educação;

8.3 - As instituições de ensino que já possuem Termo de Contrato junto a CONTRATANTE e que se credenciarem novamente, **fica garantida a possibilidade de rematricula para o(s) aluno(s) até então atendido(s)**, desde que tenha disponibilidade de vaga(s) para a progressão do(s) aluno(s) na etapa da Educação Infantil subsequente na sua unidade escolar e, cuja rematricula seja efetivada pelo responsável legal da criança no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Educação;

8.3.1 - Será dado como prazo limite para credenciamento para as vagas de rematrículas as instituições de ensino que já possuem Termo de Contrato junto ao Município a data de **30 de outubro de 2024**, ano de encerramento dos Termos de Contrato, uma vez que, não havendo interesse da(s) instituição(ões) CONTRATADA(S) em continuar com o Termo de Contrato ou que não consiga(m) atender(em) aos pré-requisitos até esta data limite, será oportunizada às vagas até então disponibilizadas para a instituição para as demais instituições contratadas (vagas remanescentes);

8.4 - Finalizada a fase de rematrículas junto às instituições, as vagas remanescentes serão distribuídas seguindo os critérios abaixo:

8.4.1 - Havendo mais de uma instituição credenciada, a oferta das vagas remanescentes ou novas vagas (que possam ser ofertadas futuramente), serão de acordo:

a) De acordo com cada "região" de atendimento em que cada instituição se credenciar;

b) De acordo com a quantidade de vagas propostas pela instituição no credenciamento, por etapa e período, cuja capacidade técnica de atendimento fora validada pela Equipe de Seleção Técnica do Edital de Credenciamento, por meio da visita *in loco* e do preenchimento do "Relatório de Visita *in loco*", **SEI 0021418450**;

c) Quantidade de vagas disponibilizadas pela Secretaria de Educação a serem preenchidas;

d) A seleção/escolha da instituição será realizada EXCLUSIVAMENTE PELO RESPONSÁVEL LEGAL DA CRIANÇA no sistema eletrônico de cadastro de pré-matricula da Secretaria de Educação;

d.1) Haverá a aplicação dos critérios do Edital de Escolha de Vagas para a Educação Infantil (a ser publicado) no intuito de classificação e encaminhamento das vagas.

8.5 - Poderão as instituições de ensino que participaram das rematrículas ofertar novas vagas (a qualquer momento), entretanto, de igual forma, estarão sujeitas as demais condições dispostas no Edital, tais como visita técnica, etc., relatório de visita técnica *in loco*, etc;

8.5.1 - Para as novas vagas, as instituições concorrerão às vagas junto às demais contratadas;

8.6 - A divulgação do nome da(s) CONTRATADA(S) no site da Prefeitura Municipal de Joinville, quando da publicação do quadro de vagas disponíveis para Educação Infantil, somente dar-se-á após emissão da Ordem de Serviço;

8.7 - A medida em que as instituições forem se credenciando, e houver vagas disponíveis na região e etapa de ensino conforme Quadro de Vagas por Região (**SEI 0020773757**), a Secretaria de Educação irá solicitar a emissão do Termo de Contrato seguindo a ordem da Lista de Credenciados, publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville;

8.8 - **Será a critério exclusivo da Secretaria de Educação a definição da periodicidade da rodagem de vagas e inclusão de novas vagas;**

8.8.1 - Só participarão as instituições de ensino contratadas até a publicação do quadro de vagas;

8.8.1.1 - Será dada a devida publicidade em seu tempo a respeito;

8.9 - **Para o encaminhamento da vaga/matricula levar-se-á em consideração a "REGIÃO" DE ATENDIMENTO onde a(s) CONTRATADA(S) está(ão) instalada(s).**

8.10 - Demais critérios conforme já praticados pela Administração Pública municipal em Editais.

8.11 - A(s) PROPONENTE(S) deverá(ão) apresentar(em) os seguintes documentos junto da "Proposta Técnica":

a) Declaração de Endereço da região correspondente ao endereço de suas instalações, local onde ocorrerá o atendimento, documento **SEI 0020773886**;

b) Plano de Ação Pedagógico a ser realizado no exercício (conforme **subitem 6.3.28**);

c) Regimento Interno;

d) Projeto Político Pedagógico;

e) Proposta Técnica, conforme modelo **SEI 0020773809**, informando a quantidade de vagas por período/faixa etária, por ITEM e REGIÃO, conforme quadro de vagas disponibilizadas pelo Município (**SEI 0020773757**), devidamente assinado pelo representante legal da(s) PROPONENTE(S).

8.12 - Da visita Técnica

8.12.1 - Os itens constantes no Relatório de Visita Técnica *in loco*, documento **SEI 0021418450**, **terão caráter eliminatório**. Estes serão avaliados pela Equipe de Seleção Técnica que será composta por no mínimo dois servidores do quadro efetivo com formação na área de Pedagogia e um servidor do quadro efetivo com formação em nutrição;

8.12.2 - Aos interessados em participar do Edital de Credenciamento oriundo deste Termo de Referência estarão automaticamente aderindo às regras deste, autorizando desde já a(s) visita(s) técnica(s) pela Equipe de Seleção Técnica no(s) local(is) onde será(ão) prestados os serviços;

8.12.3 - A visita técnica tomará como base para sua verificação e julgamento os critérios estabelecidos no Relatório de Visita Técnica *In Loco*, nos termos das **Resolução nº 910/2021/CME** e **Resolução nº 915/2021/CME**, suas alterações, e os **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as instituições de**

Educação Infantil/Ministério da Educação/2006, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/Ministério da Educação/2006 e a Portaria nº 321 de 26 de maio de 1988;

8.12.4 - A Equipe de Seleção Técnica emitirá relatório da visita, informando o atendimento ou não dos critérios exigidos, registrando em ata a sua deliberação acerca da classificação do(s) interessado(s), informando os respectivos itens e regiões;

8.12.5 - Na visita técnica *in loco*, a CONTRATANTE computará o número de crianças que estão sendo atendidas no particular. A fim de não ultrapassar a capacidade técnica das salas de aulas, estes alunos serão descontados da capacidade técnica de atendimento proposto pela(s) CONTRATADA(S). Oportunidade em que será solicitado anuência do representante legal da(s) CONTRATADA;

8.12.6 - Não havendo a anuência do representante legal da(s) CONTRATADA(S), esta será desclassificada.

8.13 - Do Descredenciamento

8.13.1 - Fica assegurado à CONTRATANTE descredenciar a CONTRATADA em caso de inexecução total ou parcial das condições previstas neste documento, bem como se constatados os motivos a seguir relacionados, garantida em todos os casos a ampla defesa e contraditório:

- a) A cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros; cobrar(em) da família beneficiada qualquer valor a título de alimentação, uniforme, material escolar, apostilas, higiene, limpeza, matrícula, mensalidade ou qualquer insumo ou serviço, pelos atendimentos subsidiados pelo Município, dentro do horário de permanência, por meio do Termo de Contrato;
- b) O não atendimento da criança encaminhados sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;
- c) O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo de Referência, bem como na legislação aplicável ao objeto;
- d) Atentar contra os princípios da Administração Pública;
- e) A CONTRATADA poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias corridos**, sem prejuízo da prestação do serviço até o término do prazo;
- f) A CONTRATANTE poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor do(s) CREDENCIADO(S), mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

8.14 - Do Consórcio

Não se vislumbra impedidos a participação em consórcio para a presente contratação, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor estimado da contratação encontra-se previsto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras;

9.2 - Todavia, para a presente contratação, considerando os princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, define-se que o valor estimado da contratação possuirá caráter sigiloso na fase preparatória, principalmente com vistas a garantia a lisura da pesquisa de mercado, bem como a futura competitividade do certame licitatório, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, desta forma, não encontra-se expresso no presente documento. Entretanto, este será tornado público expressamente quando da publicação do Edital ou documento equivalente;

9.2.1 - Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 50 da Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo do processo de Requisição de Compras.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação. Estes estarão devidamente discriminados junto ao documento "Requisição de Credenciamento" que fará parte do presente processo e estarão dispostos posteriormente no Edital ou documento equivalente;

10.3 - As despesas para a presente contratação estão previstas no Plano Plurianual;

10.4 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023;

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar do Edital de Credenciamento poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Para a assinatura do(s) futuro(s) Termo de Contrato(s) o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital;

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s)

sei!
assinatura
elettronica



sei!
assinatura
eletrônica



sei!
assinatura
elettrônica



24.0.009546-3

0022031202v2